



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de TOCANTINS

Realizada de 10 a 12/12/2007

**Responsáveis pela sistematização: Joana D'arc Alves Santos,
Elis Raik Miranda de Carvalho, Dilsilene Maria Ayres de Santana.**

Síntese da análise das políticas públicas educacionais da última década.

Posições Majoritárias

EIXO TEMÁTICO: II – DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO E QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nas Tecnologias Educacionais

A educação no Brasil a partir da década de 90 teve um investimento maior no que se refere aos avanços tecnológicos. Percebe-se claramente que, em virtude do atraso e do descaso histórico da educação do nosso país, esses investimentos não surtiram efeito com o potencial que se poderia ter. O que fazer para que os resultados sejam satisfatórios? Quem sabe não estejamos galgando passos largos nesse sentido, participando do processo democrático; opinando, questionando sobre a realidade e o real anseio da nossa necessidade, como uma ferramenta de educação observando não só os investimentos em máquinas, mas também o espaço físico e o material humano.

Na Educação Infantil

O atendimento das crianças de 0 a 6 anos até a Constituição de 1988 não era reconhecido como educacional.

A **LDB 9394/96** reconhece a Educação Infantil como 1ª etapa da Ed. Básica,

delimita aspectos que esta deve conter para o melhor desenvolvimento da criança e o exercício da cidadania. Neste sentido, a atual legislação contemplou as necessidades que muito contribuíram para o avanço da mesma.

Destacamos como pontos negativos:

- Nesta última década, ainda se mantiveram programas destinando recursos para instituições de atendimento a essa faixa etária administrados pela assistência social;
- Grande quantidade de instituições funcionando à margem dos sistemas de ensino sem a devida supervisão por parte do Poder Público;

No Ensino Fundamental de nove anos

Na última década, a educação brasileira vivenciou um novo paradigma, no qual o eixo norteador “educação de qualidade para todos” exigiu a re-significação da prática pedagógica e a reestruturação do contexto escolar visando atender a todos;

- **FORMAÇÃO DO PROFESSOR E SUA VALORIZAÇÃO** – Houve a expansão da Formação Inicial, sendo garantida com atendimento em Regimes Especiais dos professores, que atuavam sem formação adequada em sala de aula. Atualmente, o Ensino a Distância proporciona maior acesso ao Ensino Superior, mesmo assim, ainda encontramos profissionais da educação atuando sem formação inicial adequada;
- **FORMAÇÃO CONTINUADA** – Consolidou-se no final desta década, e vem adequando-se constantemente às realidades locais, levando o profissional da educação a constante busca do aperfeiçoamento, rompendo práticas tradicionais, fazendo chegar até o aluno novas metodologias de ensino;
- **FUNDEF** – Gerou a descentralização dos recursos financeiros educacionais, porém contemplava somente o Ensino Fundamental;
- **PDE** - Plano de Desenvolvimento da Escola - Organizou todo o contexto escolar, proporcionou projetos interdisciplinares, um re-ordenamento da organização escolar, investindo em ações pedagógicas, descentralizando a gestão;
- **PES** - Plano Estratégico da Secretaria;
- **PPA** – Plano Plurianual de Ações;

- PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação;
- PAR – Plano de Ações Articuladas;

EIXO TEMÁTICO III- CONSTRUÇÃO DO REGIME DE COLABORAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS DE ENSINO, TENDO COMO UM DOS INSTRUMENTOS O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO.

Na última década, as políticas públicas voltadas à área da educação (com ênfase ao FUNDEF) foram essenciais para promover a universalização da educação pública (notadamente no Ensino Fundamental). Houve, inegavelmente, expansão da rede pública e a conseqüente universalização das vagas, resultando em melhorias quantitativas. Porém, ainda resta por ser enfrentado o desafio da melhoria qualitativa do ensino público e o atendimento mais adequado da educação infantil e do Ensino Médio.

Houve avanço na compreensão do papel do Estado Brasileiro como agente promotor e financiador da educação, tendo sido muito importante a vinculação constitucional de um percentual das receitas provenientes da arrecadação de impostos para a manutenção do ensino.

A LDB também trouxe perspectivas positivas, embora, muitas vezes, elas não tenham se confirmado por motivos de priorização de outras áreas em detrimento do investimento em educação. Ou seja, a legislação é avançada, mas houve mecanismos de subverter os mandamentos legais e reduzir o montante de recursos efetivamente investidos, tais como os subterfúgios utilizados pela União para esquivar-se de suas obrigações (tais como a Desvinculação das Receitas da União e a criação de outros tipos tributários para fugir da vinculação constitucional de recursos).

Faltou ainda, ao longo da década, uma melhor definição do Pacto Federativo, com a devida distribuição de atribuições e recursos para estados e municípios. A centralização na União dos recursos e das políticas públicas educacionais prejudicaram o atendimento das demandas regionais.

EIXO TEMÁTICO IV: INCLUSÃO E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

- Construção da Cultura da Paz no contexto da Escola
- Educação e Diversidade Sexual

Na última década, registra-se grande avanço de discussões da temática em pauta. Existem projetos que preconizam uma educação inclusiva e não sexista, há maior espaço aos movimentos estudantis e movimentos sociais nas discussões das políticas públicas sociais e educacionais. Existe também uma preocupação com a inclusão social. A ênfase que proporcionou o Serviço de Orientação Educacional (SOE) contribuindo para a construção da cultura de Paz.

- **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**
- **Educação no Campo**

Posições Majoritárias

Nos últimos dez anos, embora com avanços e melhorias que aconteceram nas escolas da zona rural pelas lutas dos movimentos rurais, a Educação do Campo, além de não primar pela qualidade, ainda atende interesses alheios dos povos do campo, utilizando critérios políticos para a implantação e localização de escolas.

Com uma visão de que o campo é lugar de pobreza, de insucesso e que o alunado da escola do campo deve ser preparado para sair do campo para a zona urbana em busca de sucesso, as escolas funcionam com o mínimo do necessário. Professores não preparados/baixos salários, material pedagógico inadequado, falta de livros, salas multisseriadas com péssima estrutura física. Na quase totalidade dos municípios, houve fechamento de escolas e os alunos levados para as escolas urbanas fazendo com que a criança ou o adolescente ficasse grande do tempo em transporte inadequado, longe da família.

A Educação do Campo é uma realidade vivida nos territórios ocupados por agricultores familiares, assentados, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos.

Embora a formação inicial e continuada de profissionais da educação seja uma realidade, a discussão e o trabalho efetivo com a diversidade ainda não atendem os desafios das demandas apresentadas. Os educadores/as da Educação do Campo necessitam de formação continuada que problematizem a realidade do mundo rural, os saberes específicos dos povos do campo e os desafios da educação e do ensino rural;

Transporte escolar do campo para a cidade, como causa de baixo rendimento do aluno e alto investimento do poder público (garantir a proximidade da escola para os alunos do campo).

A Educação Ambiental e o desenvolvimento sustentável supõem novas relações com a natureza, entre os seres humanos e demais componentes do ecossistema. Levando em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, político, cultural, a equidade de gênero, raça, etnia e intergeracional.

- **Educação de Pessoas com Deficiências e Altas Habilidades/Superdotadas**

- **Ampliação do Tempo Escolar**

Posições Majoritárias

- Efetivação das redes de apoio aos sistemas educacionais, através de parcerias com a saúde, ação social e cidadania para atender as pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades\superdotação;

- Adoção de medidas que garantam melhores condições de funcionamento para as bibliotecas das Escolas Especiais e Escolas Regulares que têm alunos com necessidades educacionais especiais inclusos, bem como a aquisição de recursos pedagógicos, tecnológicos e assistivos específicos para este público;

- Garantir, quando necessário, a presença do Professor auxiliar, do tradutor intérprete, do guia intérprete para as salas do ensino regular com alunos inclusos de modo a viabilizar sua permanência no processo de escolarização;

- Garantir, quando necessário, a presença de um professor mediador para orientar e monitorar periodicamente as escolas da rede regular de ensino que possui alunos com deficiências, transtornos globais, altas habilidades\superdotação no atendimento escolar e domiciliar;

- **Contextualização Curricular a partir da Diversidade Regional**

- **Educação e Afrodescendência**

Posições Majoritárias

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 possibilitou a discussão da questão da Pluralidade Cultural, porém somente com a Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003 alterou-se a LDB para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A Lei 10.639/2003 modificou a LDB que passou a vigorar acrescida dos artigos: 26-A que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino, públicos e privados, de ensino fundamental e médio e 79-B que inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. Tais alterações são implementadas em outubro de 2004 pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

- Educação Indígena

A fim de discutirmos sobre o desenvolvimento da Educação Escolar Indígena no Estado e atuação da SEDUC como mantenedora e executora das ações de implantação desta modalidade de ensino, elegeu-se como referência básica para a discussão a Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001, configurada no Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes, objetivos e metas como proposta de educação diferenciada, intercultural e bilíngüe de qualidade, a saber:

1-Garantia da Educação Escolar Indígena: o Estado do Tocantins, através da Secretaria de Educação Estadual, responsável, mantenedor e executor das ações pertinentes ao desenvolvimento desta modalidade de ensino, assumiu a responsabilidade sobre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental de nove anos; com a colaboração de organismos e instituições que trabalham com as questões indígenas, como FUNAI e universidades, além do apoio técnico financeiro do MEC, para suplemento das ações;

2-Quanto à universalização das primeiras quatro séries do Ensino Fundamental: em menos de 10 anos foram implantadas 87 Unidades Escolares Indígenas distribuídas nas reservas indígenas do Estado;

3- Garantia da autonomia pedagógica da escola em relação à elaboração do Calendário Específico de cada povo indígena;

4- Reformulação do Curso de Formação em Magistério Indígena; solicitação de encontro de todos os professores índios e não-índios num mesmo espaço de formação; solicitação de professores não-índios terem aulas de lingüística aplicada à educação escolar indígena;

5- A Categoria de Escola Indígena e sua regularização está em processo junto ao Conselho de Educação Escolar Indígena;

6- Quanto à autonomia da escola em relação à aplicação de recursos financeiros nas Unidades Escolares, existe a Associação de Apoio que conta com a participação da comunidade na gestão e aplicação dos recursos; quanto à proposta pedagógica ainda há muitas questões a serem discutidas e a proposta curricular será formatada em consonância às demandas de cada comunidade;

7- Formulação de proposta específica de especialização que incluam os professores não-indígenas;

8-As estruturas das escolas são para atendimento emergencial e os projetos das mesmas, anterior à construção, são submetidos e aprovados pelas comunidades;

9- Falta implementar o aparelhamento das escolas com bibliotecas, videotecas e outros;

10- Quanto ao Material Didático, foram garantidos no PAR recursos financeiros para fins de elaboração e publicação de material específico.

11- O MEC tem colaborado com recursos financeiros, embora colabore com programas de financiamento da educação;

12- Observância da criação da categoria de professores indígenas em carreira específica do magistério, esta proposta será assegurada através do primeiro concurso público a ser realizado no primeiro trimestre de 2008.

13- Formação de professores em nível superior, através de consórcio entre as instituições: UFT, UFG e SEDUC-GO, SEDUC-TO e SEDUC-MT para oferta deste nível de ensino;

14- Estrutura de gestão no âmbito da SEDUC-TO, através da Coordenadoria de Educação Indígena com finalidade de coordenar as ações e implantação de propostas para oferta de educação escolar indígena;

15- Oferta de Ensino Profissionalizante voltada para as necessidades de sustentação das comunidades indígenas, atendida como forma de projeto piloto ao povo indígena Timbira;

16- Em relação aos programas de formação à distância, ainda não houve nenhuma reivindicação das comunidades indígenas em relação a este tipo de Educação;

17- Quanto à promoção das informações em relação aos povos indígenas do Tocantins, será implementada ação de divulgação para melhor articulação destas em veículos de comunicação de massa, palestras e outros informativos.

Eventos e espaços públicos de debate foram utilizados como referência?

I CONFERÊNCIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.

Relatório da Conferência Estadual do Estado de TOCANTINS

Realizada de 10 a 12/12/2007

Eixo Temático e seus desdobramentos

I – Os Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação

- O PDE e as Ações Articuladas
- A Contribuição da Educação a Distância no Fortalecimento dos Sistemas de Ensino
- O PNE na perspectiva dos Planos Estaduais e Municipais de Educação
- Sistema Nacional de Avaliação
- Educação Para Todos ao Longo da Vida
- Função Social da Escola
- O Setor Privado da Educação na Construção do Sistema Nacional

Documento Referência

Eixo I: Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação.

Posições Majoritárias

- 1) Garantir a implantação do PAR em todos os estados e municípios;
- 2) Oferecer aos municípios assessoria itinerante para atendimento *in loco* para criação e implementação dos Conselhos Municipais de Educação;
- 3 Oferecer apoio técnico para elaboração dos Planos Municipais de Educação com definição de prazos;**Parágrafo: 1º - página 04**

Com base nesses princípios, a criação de um Sistema Nacional de Educação passa pelo redimensionamento das ações dos entes federados, objetivando o desenvolvimento de políticas nacionais, por meio da regulamentação do regime de colaboração. Nesse sentido, o Sistema Nacional de Educação assume o papel de articulador, financiador, normatizador e coordenador dos sistemas de ensino

(federal, estadual e municipal), garantindo diretrizes educacionais comuns e mantendo as especificidades de cada um.

Os representantes do grupo estudantil reivindicou a Garantia de cursos profissionalizantes, assistência aos movimentos estudantis, casa do estudante, 7% do PIB para educação em um todo e transportes para os alunos.

Financiamento: 14 % do PDE destinado à assistência estudantil.1. Normatização da oferta de educação básica na modalidade à distância em todos os níveis e modalidades;

2. Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada de professores por meio do Programa Universidade Aberta;

3. Desenvolvimento de linhas de financiamento, com valores acessíveis, para aquisição de computadores e outras tecnologias de informação e comunicação para professores;

4. Definição de uma política nacional de educação a distância contendo critérios de avaliação qualitativa de saída;

5. Ampliação de avaliações oficiais para todas as escolas privadas;

6. Oferta de cursos permanentes a distância de formação de “formadores” das U.E. ´s nas diversas tecnologias;

Parágrafo 20, página 12, linhas 1 a 5

O uso das tecnologias de informação e de comunicação integrado a um conjunto de ações presenciais bem estruturado como política nacional, contribui para democratizar os sistemas de ensino, os processos de organização e gestão das unidades escolares e a oferta da educação básica. Nesse sentido...

1) Definir parâmetros para as avaliações internas, em consonância com o que é exigido nas avaliações externas, contemplando as habilidades de cada ano (série);2)

Certificar periodicamente o professor para o exercício da docência;

3) Definir diretrizes de avaliação de desempenho dos profissionais da educação;

4) Definir diretrizes para a Avaliação Institucional das secretarias;

5) Definir diretrizes específicas para a oferta do ensino noturno para garantir a permanência e sucesso dos alunos;6)Garantir, em regime de colaboração entre os entes federados, políticas públicas que ampliem o tempo de permanência dos alunos na escola;

7) Garantir a adequação dos espaços físicos para convivência social, cultural e esportiva (auditório, quadra poli esportiva coberta, salas de informática).

Posições Minoritárias

1. Definir os pré-requisitos mínimos da base nacional comum, indispensáveis para cada série e\ou ano;]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Conferência Nacional da Educação Básica
Relatório da Conferência Estadual do Estado de TOCANTINS

Realizada de 10 a 12/12/2007

Eixo Temático e seus desdobramentos

II – Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação Básica

- O Papel das TICs na Educação e a Inclusão Digital
- Transversalidade da Educação Especial na Educação Básica
- Gestão Democrática das Escolas e dos Sistemas de Ensino: relação entre sujeitos e as instâncias de participação
- As Tecnologias e Conteúdos Multimidiáticos na Educação Básica
- Educação Infantil em novas perspectivas
- Ensino Médio Integrado e Educação Profissional
- Ensino Fundamental de Nove Anos
- Educação de Jovens e Adultos
- Currículo, Tempo e Espaço
- Leitura – promoção e formação de mediadores

Documento Referência

Eixo II: Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação.

A - Posições Majoritárias – Modificação no texto

Tecnologias:

• ...No entanto, tal dinâmica não pode prescindir de cuidados fundamentais na elaboração, adequação da infra-estrutura, **orientação**, acompanhamento e avaliação das ações e programas, assim como da formação de professores visando à qualidade do processo e ao fortalecimento dos sistemas de ensino. (Pag. 5,)

• Acrescentar a palavra **orientação** na 7ª linha do 4º parágrafo da página 5 do I eixo. Esse acréscimo se justifica em virtude da necessidade da orientação preparatória ao início de cada ação e/ou programa.

- Uma perspectiva ampla de gestão da Educação Básica, envolvendo os sistemas e as escolas, deve considerar: as etapas e modalidades desse nível; instâncias e mecanismos de participação coletiva; a transversalidade da educação especial; a educação ao longo da vida, o papel das tecnologias de informação e conhecimentos, bem como as tecnologias e os conteúdos multimidiáticos, visando à inclusão digital e social;

- Acrescentar o termo e social na 6ª linha do 1º parágrafo da página 7 do 2º eixo. Considerando que por meio da inclusão digital se faz a inclusão social.

Educação de Jovens e Adultos:

Página 08, item 06

A consolidação de uma política de Educação de Jovens e Adultos, concretizada na garantia da formação integral da Alfabetização e das demais etapas de escolarização ao longo da vida. Essa política pautada pela inclusão e qualidade social prevê um processo de gestão e financiamento que assegure a implantação do sistema integrado de monitoramento e avaliação, além de maior alocação do percentual de recurso para os estados e municípios.

Obs: Complementando:...e revisão dos parâmetros de idade, sendo definida a idade a partir de 18 anos para ensino fundamental e 21 anos para ensino médio.

Página 08 Item 08

O uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos na Educação implica ressaltar o importante papel da escola como ambiente de inclusão digital, numa sociedade ancorada no trânsito de informações, por meio de tecnologias de comunicação e informação;

Obs: Complementando:...ampliando programas existentes, garantindo atendimento ao público da EJA. Exemplo: Projeto UCA.

Página 09 Item 11

O reconhecimento das práticas culturais e sociais do aluno e da comunidade local, bem como a sustentabilidade, entendendo as dimensões formadoras que se articulam com a educação escolar e que deverão ser consideradas na elaboração dos projetos políticos – pedagógicos, na organização dos currículos e nas instâncias de participação das escolas.

Ensino Médio Integrado e Educação Profissional:

Fortalecer e ampliar a oferta da educação profissional no nível que melhor atenda às necessidades da região (formação inicial continuada de trabalhadores, técnico de nível médio nas formas integradas, subsequente e concomitante, e, tecnológico).

Educação Infantil:

Realizar um chamamento social promovendo a educação da sociedade civil e dos gestores públicos quanto à participação, entendendo-se que esta implica em decisões coletivas envolvendo a comunidade local e todos os segmentos da comunidade escolar no processo de diagnóstico, planejamento, acompanhamento e avaliação de todas as ações.

B – Posições Majoritárias – Proposições

Tecnologias:

- Promover a formação continuada dos profissionais da educação procurando atualização e mantendo o foco nos avanços tecnológicos, adequando-os à realidade sócio-educacional. Uma formação significativa sem ignorar as invenções das TIC's, de forma que o ambiente escolar se aproprie das tecnologias disponíveis para efetivação e renovação da prática pedagógica .

Ensino Fundamental de Nove Anos:

- Ensino Fundamental de Nove Anos – No 1º e 2º Anos, dois professores com formação adequada a esta modalidade de ensino;
- 1º e 2º anos com no máximo vinte e cinco alunos;
- Implantar a Escola de Tempo Integral nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- Contemplar na base comum a Língua Estrangeira Moderna nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- Estabelecer calendário (dia e mês) em que o aluno completará seis anos de idade para o ingresso no Ensino Fundamental de Nove Anos.
- Trabalhar em regime de pluridocência nas turmas de 4º e 5º Anos.

Gestão Democrática:

1. Fortalecer os cursos de formação para gestores, inserindo na estrutura curricular, temáticas, conceitos e conteúdos relacionados aos aspectos regionais e locais, com a finalidade de subsidiar o trabalho da gestão democrática na escola.
2. Acompanhar e avaliar o impacto dos cursos de formação de gestores na prática escolar, através da sistematização da pesquisa organizada pela Universidade e Secretaria.
3. Garantir e efetivar a formação dos representantes da comunidade em geral, a fim de legitimar a atuação dos Conselhos Escolares/Associação de Apoio à Escola.
4. Fortalecer as entidades representativas das escolas (Grêmios Estudantis, Conselhos Escolares, Associações de Apoio à Escola) inclusive com capacitação dos membros, antes de assumirem as funções.
5. Fortalecer as políticas de participação da comunidade interna e externa, através de espaços públicos, com eventos, palestras, conscientizando quanto à importância do sujeito dentro do processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para o fortalecimento da gestão democrática na escola.
6. Criação de Conselhos Escolares com participação efetiva e paritária de todas as representações da comunidade escolar e local. Desenvolver mecanismos para trazer os pais para a escola.
7. Garantir eleição de membros para composição da Associação de Apoio à Escola.
8. Garantir a eleição direta para diretor de Unidade Escolar, após processo seletivo que comprove competência para o exercício da função, conhecimento da prática e políticas educacionais, por um período de 2 anos, eximindo toda e qualquer ingerência político-partidária no processo, e desta forma, garantir o fortalecimento da gestão democrática.
9. Fortalecer a política para criação dos Conselhos Municipais de Educação, responsabilizando os gestores municipais para o cumprimento de suas atribuições, sob penalidade da lei;
10. Capacitar todos os membros do Conselho Municipal de Educação, de

2 em 2 anos.

Educação de Jovens E Adultos:

1. Reformulação do Currículo da EJA que assegure:
 - Os princípios traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais;
 - O processo histórico sobre o Ensino da EJA no contexto nacional e regional;
 - A contextualização e a interdisciplinaridade como perspectiva do ensino aprendizagem, com vistas à efetivação de práticas concretas no espaço da escola;
 - As práticas avaliativas do Ensino e Aprendizagem.
2. Construção de material didático pedagógico orientador para professores e alunos, considerando as especificidades regionais.
3. Formação Continuada em nível de Especialização, que contemple as proposições do Currículo e a valorização do Profissional da EJA.
4. Construção de uma política que garanta:
 - Acesso, permanência e continuidade aos estudos para os alunos da EJA;
5. Inclusão da EJA como componente curricular em todos os cursos de Licenciatura.
6. Assegurar o acesso dos alunos da EJA às Escolas politécnicas, no sentido de garantir a inserção à vida social e ao mercado de trabalho e ampliação de programas de qualificação profissional.
7. Proposição do regime de alternância para os alunos matriculados na EJA (Pedagogia da Alternância).

Ensino Médio Integrado e Educação Profissional

- Implantar nas escolas técnicas federais o Ensino Médio Integrado como alternativa inicial.
- Aproveitar a estrutura física de escolas estaduais e municipais já

existentes para implantar cursos de Ensino Médio Integrado, através de parcerias e convênios com instituições governamentais e não- governamentais.

- Proporcionar complementação pedagógica e formação continuada para professores (as) da Educação Profissional, objetivando a efetivação de uma educação politécnica.

- Ampliar a divulgação da oferta de educação profissional, bem como das tendências do mercado de trabalho junto à comunidade.

- Assegurar recursos financeiros permanentes nas instâncias federal, estadual e municipal de forma a garantir a expansão da oferta de educação profissional com qualidade, fato que inclui dentre outros aspectos, uma constante atualização tecnológica nos centros e escolas de educação profissional.

- Ampliar a oferta de educação profissional em unidades que funcionem em regime de internato.

- Garantir maiores incentivos à pesquisa e extensão na educação profissional.

- Garantir maior transparência na gestão dos recursos destinados à educação profissional

- Criar e implantar um sistema de acompanhamento de egressos da educação profissional, bem como uma constante avaliação dos currículos e itinerários formativos dos cursos ofertados.

EDUCAÇÃO INFANTIL

- A nomenclatura Educação Infantil sem a divisão em creche e pré-escola fazendo-se o atendimento em centros de Educação Infantil ou escolas, superando velhos paradigmas que vinculam a nomenclatura creche ao assistencial e pré-escola como uma etapa anterior a escola.

- Garantir, na forma da lei, que a criança seja atendida na Educação Infantil até completar 6 anos de idade.

Em se tratando a especificidade da Educação Infantil, na leitura do texto oficial destacamos:

A Educação Infantil enquanto primeira etapa da Educação Básica necessita

de cuidados:

a) Formação de Profissional:

- Concurso público específico para Educação infantil;
- Formação específica - (Magistério conforme LDB, Pedagogia e Normal Superior)

- Profissional com Perfil para Ed. Infantil (identificar-se em trabalhar com crianças de 0 a 3 anos e/ou 4 a 5 anos, e/ou de 0 a 5 anos, gostar de cantar, sentar no chão e brincar com as crianças, trabalhar o lado lúdico com as crianças, conhecer e adequar os materiais. Conhecer e dominar as habilidades específicas do brincar, da brincadeira e do brinquedo. Conhecer e desenvolver o lúdico, o psicomotor, a linguagem oral, linguagem escrita, linguagem não- verbal.

b) Cuidados com as crianças de 6 anos

- Respeitar o desenvolvimento da criança;
- Trabalhar a alfabetização de forma lúdica e prazerosa
- Trabalhar o raciocínio lógico de forma concreta e prazerosa
- Que os professores das crianças de 6 anos tenham contato e diálogo com os professores Educação Infantil

c) Um repensar da Educação Infantil

- Duas professoras por sala;
- Valorização profissional e financeira;
- Condições de participarem de eventos como congressos, colóquios, etc
- Disponibilizar auxiliar para as salas com crianças com necessidades especiais
- Repensar e ampliar o financiamento para a Educação Infantil, pois é comprovado que o que foi posto não é o suficiente. Propomos que dentro do recurso do FUNDEB seja direcionado um valor justo e ideal para o atendimento das crianças de Ed. Infantil. Equiparar ao percentual pago ao Ensino Integral do Ensino Fundamental e Médio para que possamos ter uma educação de qualidade.

1. Espaço da Educação Infantil:

- Estrutura Física – O MEC apresentou documento norteador estabelecendo padrões mínimos de infra-estrutura de uma instituição. Solicitamos que todas as Escolas de Educação Infantil respeitem estes moldes.

d) Currículo

- É norteado pelo Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, com adequações e participação da comunidade escolar de acordo com cada realidade;

- Abranger desde a Ed. Infantil a questão da inclusão: negro, índio, necessidades educacionais especiais, gênero.

f) Formação profissional:

Que as Universidades incluam nos cursos de Formação de Pedagogia e Normal Superior as temáticas:

- Sexualidade e Gênero;
- Desenvolvimento Infantil;
- Reconhecimento das fases da escrita;
- Mediação com jogos e raciocínio lógico;
- Formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais.

g) Determinar prazo para que as escolas conveniadas deixem de receber recursos públicos gradativamente.

Posições Minoritárias

EDUCAÇÃO INFANTIL:

Políticas de estabelecimentos de convênios com entidades particulares e que o MEC assumam a coordenação:

GESTÃO DEMOCRÁTICA:

Garantir, no Projeto Político-Pedagógico, espaços de discussão sobre a gestão democrática na escola.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Conferência Nacional da Educação Básica
Relatório da Conferência Estadual do Estado de TOCANTINS
Realizada de 10 a 12/12/2007

Eixo Temático e seus desdobramentos

III – Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação.

- Gestão e Financiamento de Políticas Educacionais num Regime de Colaboração

- FUNDEB e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino

- Transferência de Recursos: Gestão e Compromisso

-A Vinculação dos Recursos e a Manutenção e Desenvolvimento da Educação

Documento Referência

Há consenso de que o *texto referência* sintetiza bem os desafios e os problemas a serem enfrentados pelas gerações presentes e futuras para alcançar níveis mais elevados de qualidade do ensino e de democratização da gestão dos recursos destinados à educação.

Assim, as discussões levaram ao entendimento comum de que não se faz necessário propriamente modificar ou contradizer o *texto referência*, mas apenas sugerir acrescê-lo com algumas propostas com foco no aprimoramento do documento.

Seguem, portanto, as proposições majoritárias, além da posição minoritária:

Posições Majoritárias

Quanto à Gestão e Financiamento de Políticas Educacionais em Regime de Colaboração, sugere-se:

- Apoio aos municípios para implementação de uma rede física adequada de educação infantil, principalmente nos dois primeiros anos do FUNDEB, ampliando-se a abrangência (e recursos) do já existente Programa Pró-Infantil, estendendo-o a todos os municípios;

- Inclusão dos alunos das redes municipais (escolas rurais) no “Prova Brasil” para que os dados referentes a tais alunos sejam contabilizados para definição do IDEB;

- Nucleação das escolas rurais, minimizando custos com transporte escolar,

além de investimentos em políticas de adoção da pedagogia da alternância;

- Alterar a definição constitucional da vinculação de recursos para a educação (atualmente vinculado à receita de impostos) para vinculação a um percentual da receita tributária;

- Definição legal (via emenda constitucional) de investimentos mínimos em educação vinculados a um percentual do PIB (estendendo-se progressivamente para no mínimo 7%, até 2011);

- Estabelecer a possibilidade dos recursos serem contabilizados conforme o quantitativo de alunos apurados no censo escolar do ano em curso (pelo menos no 2º Semestre), o que seria viabilizado com a agilização da implantação do Censo Escolar em tempo real;

- Estabelecer mecanismos de fiscalização recíproca dos dados do censo escolar informados pelos Estados e Municípios;

- Auxílio técnico para os municípios menores na elaboração de projetos para financiamentos educacionais, além de desburocratizar o acesso de tais municípios ao financiamento;

- Recursos suplementares para a capacitação dos membros dos conselhos de acompanhamento;

- Contribuição da União para todos os Fundos (e não apenas para os fundos cujo valor per capita não atingir o mínimo definido nacionalmente);

- Fim imediato da Desvinculação das Receitas da União – DRU, já que tal mecanismo é subterfúgio legal que permite à União gastar menos com educação do que os 18% estabelecidos constitucionalmente;

- Estabelecer critérios de custo-aluno transportado da zona rural, com definições, inclusive de distância mínima entre a rota e a residência do aluno;

- Garantir o cumprimento da legislação do transporte escolar quanto à obrigatoriedade dos entes o financiamento do transporte de seus alunos, exigindo o estabelecimento de parceria através de convênios que garantam o custo equitativo entre as partes;

- Garantir o cumprimento da legislação que dá autonomia aos gestores

municipais de educação (Secretários), na gestão dos recursos da educação municipal;

- Instituir, em lei, prazo para que todos os municípios descentralizem a gestão (inclusive financeira) das escolas municipais, sob pena de redução do repasse financeiro;

- Aumento substancial do valor per capita destinado à merenda escolar;

- Apoio técnico e financeiro para capacitação dos membros de conselhos municipais e gestores educacionais dos municípios, ampliando a abrangência (e os recursos) do Programa Pró-Conselho;

- Criação de Programas específicos (com recursos suplementares) para financiamento de políticas de assistência ao estudante, promovendo a permanência do aluno na escola (transporte, alimentação, ajuda de custo ao aluno, auxílio à aluna gestante, etc.).

- Estabelecer constitucionalmente as competências de estados e municípios para com a educação (educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental atendidos pelos municípios, ficando a cargo dos Estados as séries finais do fundamental e o ensino médio);

- Vinculação das políticas assistenciais (bolsa família etc.) ao rendimento escolar dos filhos das famílias com filhos matriculados nas unidades escolares contempladas, de modo a fomentar a participação familiar no processo educacional e dotar tais políticas de um cunho mais emancipatório.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Conferência Nacional da Educação Básica

Relatório da Conferência Estadual do Estado de TOCANTINS

Realizada de 10 a 12/12/2007

Eixo Temático e seus desdobramentos

IV – Inclusão e Diversidade na Educação Básica

- Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
- Contextualização Curricular a partir da Diversidade Regional
- Educação Indígena
- Educação e Afrodescendência
- Educação no Campo
- Educação de Pessoas com Deficiências e Altas Habilidades Super Dotadas
- Ampliação do Tempo Escolar
- Educação e Diversidade Sexual
- Construção da Cultura da Paz no contexto da Escola

Documento Referência

Posições Majoritárias

- A Cultura de Paz deve ser trabalhada a partir do respeito ao próximo pelas suas escolhas e aceitar os seres humanos com suas diferenças;
- Incluir de forma explícita o estudo da paz e da guerra no mundo e ao nosso redor.
- Trabalhar a sexualidade e as diversidades sexuais no contexto escolar, a partir do conhecimento científico.

DOCUMENTO REFERÊNCIA

Posições Majoritárias

Pág 16 item 10 (acrescentar) sexualidade, religiosas e ambientais na prática;

Novo aspecto: **Resgate da essência humana**

- Resgatar a essência humana dentro do PPP com ações e projetos que visem resgatar o equilíbrio do ser humano reafirmando a identidade positiva e harmoniosa interna no combate às demandas estressantes do cotidiano;
- Adotar políticas educacionais voltadas para as questões ambientais, não

permitindo que o avanço tecnológico prejudique o meio ambiente;

- Na discussão para a Paz, criar a concepção que além das relações interpessoais, faz-se necessário uma nova relação do ser humano com as questões ambientais;

Criar ações estratégicas que atraiam, envolvam e sensibilizem as famílias e a comunidade ao novo contexto sócio-educacional.

DOCUMENTO REFERÊNCIA

Posições Majoritárias

- **No parágrafo 6, (Pág. 14) Inserir item 9.** Ter clareza sobre a concepção de educação do campo contextualizada com as especificidades locais.

- **(Pág. 15) Inserir item 10.** Reconhecimento, valorização e fomento das experiências da educação do campo. Ex: EFA, Casa Familiar Rural, SERTA, etc.

- **(Pág. 16) Inserir item 13.** Criação de condições políticas, pedagógicas e financeiras para a implementação das Diretrizes operacionais para a Educação Básica das escolas do campo.

- **Item 14.** Realização de concurso público específico para educadores das Escolas do Campo.

- **Item 15.** Inclusão do tema - educação do campo, voltada para a sustentabilidade nos cursos de Licenciatura.

- **Item 16.** Integração das ações previstas no programa educação e saúde na escola para todos os estudantes e trabalhadores da educação do campo.

- **Item 17.** Oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes das escolas do campo, pessoas com necessidades especiais, com altas habilidades\superdotação e com educadores com formação nas diferentes áreas da educação especial.

- **Item 18.** Construção e estruturação de escolas do campo, com infraestrutura adequada, equipamentos e materiais necessários: didáticos e pedagógicos ao desenvolvimento pleno da educação.

- **Item 19.** Ampliação da oferta de educação básica, educação técnica profissional e educação superior para as escolas do campo, por meio de políticas,

programas e ações direcionadas à valorização do campo como espaço de inclusão social, a partir de uma visão que busca articular a educação e o desenvolvimento sustentável.

➤ **Item 20.** Garantir recursos dentro do orçamento das SEDUCs e SEMEDs para apoio a projetos de pesquisa e pequenos experimentos sustentáveis às escolas do campo.

➤ **Item 21.** Criar estruturas de lazer, artes, esportes e de outras manifestações culturais nas escolas do campo.

Novo aspecto: Inclusão da Diversidade.

Justificativa: Na inclusão da diversidade sejam respeitadas as idéias divergentes.

Texto proposto:

A inclusão da diversidade começa pela aceitação de idéias e pensamento, que deve ser respeitada desde o espaço da sala de aula até a discussão mais ampla como conferências, e deve ser entendida como processo de crescimento e não como contraposição.

- Intensificar a parceria das escolas com as famílias, possibilitando assim um trabalho de excelência com os alunos com necessidades educacionais especiais;
- Criar eventos esportivos para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

DOCUMENTO REFERÊNCIA

Posições Majoritárias

- Modificação no parágrafo 18 (página 15), tópico 5: onde se lê “Percebam a necessidade da construção de práticas e projetos políticos pedagógicos que contemplem a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável”, leia-se: “Percebam a necessidade da construção de práticas e projetos políticos pedagógicos que contemplem a educação especial, a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável”.

- Modificação no parágrafo 18 (página 15), tópico 8: onde se lê “Politizem as diferenças e as coloquem no cerne das lutas pela afirmação dos

direitos”, leia-se: “Discutem as diferenças e as coloquem no cerne das lutas pela afirmação dos direitos”.

- Modificação no parágrafo 19 (página 16), tópico 9: onde se lê: “Ampliação da oferta de educação básica nas escolas do campo, por meio de políticas, programas e ações direcionadas à valorização do campo como espaço de inclusão social, a partir de uma visão que busca articular a educação e o desenvolvimento sustentável”, leia-se: “Ampliação da oferta de educação básica nas escolas do campo, por meio de políticas, programas e ações direcionadas à valorização do campo como espaço de inclusão social, a partir de uma visão que busca articular a educação e o desenvolvimento sustentável, oferecendo condições favoráveis para o desenvolvimento das ações”.

Novo aspecto: Alunos sob a tutela da justiça.

Justificativa: Dificuldade para realizar o atendimento educacional aos alunos que estão sob a tutela da justiça.

Texto proposto:

Acompanhamento periódico aos alunos que são enviados ao ensino regular pelo Ministério Público. Esses alunos estão sob proteção da justiça, bem como da Casa de Abrigo e Medidas sócio-educativas, no entanto, não estão sendo devidamente assistidos pelos órgãos competentes.

DOCUMENTO REFERÊNCIA

Posições Majoritárias

Página 32 - Parágrafo 60 – onde se lê poderá, substituir por **DEVERÁ**;

Página - 30 - Parágrafo 59 – item 1 – “reconheçam e garantam o direito a diversidade, sem opor-se...”

Novos aspectos:

- Inserir a temática História e cultura afro-brasileira nos projetos políticos pedagógicos das Unidades Escolares na Educação Básica;

- Garantir a existência de um acervo bibliográfico e outras mídias (áudio-visual) em todas as Unidades Escolares da Educação Básica que contemplem os componentes curriculares voltados para a temática História e cultura afro-brasileira e

africana;

- Assegurar e incentivar a preservação do patrimônio histórico\cultural de raízes africanas e afro-brasileira;

- Garantir, de forma permanente, a realização de fóruns, simpósios, seminários e outros encontros sobre a temática com o objetivo de discutir e socializar os trabalhos realizados pelas Unidades Escolares;

- Incentivar e garantir aos sistemas de Ensino, pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros e africanos com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas e práticas para a educação brasileira;

-Garantir a formação continuada em caráter de especialização em regime presencial específica em História e Cultura afro-brasileira e africana.

-Garantir a criação de coordenação específica sobre a História e Cultura afro-brasileira e africana nas SEDUCs e SEMEDs.

-Garantir as condições estruturais necessárias para a construção e funcionamento de escolas para o ensino e a permanência com sucesso dos quilombolas nas U.E. 's.

Justificativa:

Que os saberes escolares da educação Básica Brasileira sejam democratizados.

Posições Majoritárias

- Referente à proposta pedagógica das escolas indígenas: proposição de construção dos PPP's das Unidades Escolares a ser formatada em consonância com as demandas de cada comunidade indígena e seus projetos de futuro;

- Alteração da LDB com criação de Lei que torne obrigatório o estudo dos diferentes povos indígenas rompendo com o modo lacunar a partir da qual os Livros Didáticos abordam "o índio".

- Financiamento de Pesquisa sobre temáticas educacionais (PCNs e livros didáticos específicos para cada povo).

Posições Minoritárias

- Questão da inclusão de Curso Preparatório para Vestibular aos jovens indígenas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Conferência Nacional da Educação Básica
Relatório da Conferência Estadual do Estado de TOCANTINS

Realizada de 10 a 12/12/2007

Eixo Temático e seus desdobramentos

V – Formação e Valorização Profissional

- Formação Inicial e Continuada de Professores
- Avaliação Docente como Instrumento de Valorização
- Funcionários de Escola: Formação e Identidade Profissional
- Valorização: Piso Salarial Profissional e Desenvolvimento na Carreira
- Educação a Distância e Formação de Professores

Documento Referência

Posições Majoritárias

1. **Na página 16 no quarto parágrafo** substituir o termo “formação de professores” por formação e valorização dos profissionais da educação.
2. **Quanto à questão “A”** da página 17 o trabalho dos profissionais em educação que conduz à articulação entre teoria e prática (ação –reflexão – ação) e à exigência de que se leve em conta à realidade da escola, da sala de aula e da profissão e condição de trabalhos e valorização desses profissionais.
3. **Quanto à questão “C”** leia-se: Favorecimento da construção do conhecimento pelos profissionais da educação, valorizando sua vivência investigativa e o aperfeiçoamento da prática.
4. **Quanto à questão “D”** leia-se: Garantir a implementação de processos de formação, valorização e de consolidação da identidade dos profissionais da educação.
5. **Quanto à questão “E”** leia-se: Fortalecimento e ampliação das Licenciaturas e implantação de políticas de formação continuadas de pós-graduação (latu sensu e strictu sensu) em especial nas Instituições Superiores de Ensino Públicos, tornando-as um espaço efetivo de formação e profissionalização qualificada e ampliação do universo social, cultural e político.
6. **Quanto à questão “F”** onde se lê docente, leia-se profissionais da educação.

7. **Quanto à questão “G”** Garantia de justa jornada de trabalho para os profissionais da educação.

Acrescentar:

8. Garantir um percentual de 30% da jornada de trabalho dos professores para hora-atividade, destinadas à formação continuada em serviço e atendimento ao aluno.

9. Na página 18 no 4º parágrafo acrescentar: *Planos de carreira unificados de professores e funcionários administrativos e ingresso na carreira através de concurso público.*

10. *Dedicação Exclusiva para os docentes com garantia de salário equivalente.*

11. *Na página 19 no 2º parágrafo a formação continuada deverá ter parceria com a Universidade (...).*

12. Na página 20 deve-se ressaltar que a **EAD**, não pode ser o único meio para universalização das políticas de formação tanto em termos de graduação, como pós-graduação dos profissionais da educação. Também garantir que nesta modalidade de ensino, sejam seguidos os mesmos critérios de avaliação dos cursos presenciais.

13. Oferta do reforço escolar no contra turno para atendimento aos alunos com dificuldade de aprendizagem, garantindo carga horária para realização do mesmo;

14. Piso salarial para os profissionais do magistério, com nível superior no valor inicial de R\$ 2.100,00, para jornada de trabalho de 40 horas semanais;

15. Criação das Diretrizes Nacionais para a carreira dos profissionais da Educação – Isonomia salarial pela formação.

16. Redução do número de alunos do ensino fundamental, a citar: **20** alunos para turmas do 1º e 2º Ano, de **20 a 25** alunos para turmas do 3º ao 5º ano e de **25 a 30** alunos para turmas do 6º ao 9º ano e de **30 a 35** alunos para o ensino médio;

17. Dois professores por sala de aula para os alunos do primeiro e

segundo ao do ensino fundamental;

18. Criação de um Sistema articulado de Avaliação – (Avaliação de desempenho dos profissionais da educação, da instituição e do aluno);

19. Garantir o pagamento de aulas em substituição para as ausências legais dos professores.

20. A criação de uma coordenação para assuntos inerentes aos profissionais da Educação não docentes.

21. Desvincular os funcionários da educação das secretarias de administração enquadrando-os na secretaria da educação, nas esferas Estaduais e Municipais.

22. Ampliar o Programa Profucionário, para os funcionários da educação nas redes Estadual e Municipais.

23. Garantir a criação de cursos de graduação que proporcionem a continuidade da profissionalização em nível superior dos cursos da área 21.

24. Criação de um conselho nacional e regional para profissionais em educação.

25. Garantir políticas de prevenção à saúde do trabalhador da Educação, com criação de CIPA, abordando as principais doenças profissionais e aos acidentes de trabalho.

26. Promover a gestão democrática como mecanismo de garantia de espaço de discussão nas unidades escolares incluindo os funcionários e possibilitando que concorram a cargos de direção, desde que atendam os critérios.

Posições Minoritárias

1. *Garantia de jornada de trabalho entre 20 e 40 horas para os profissionais da educação.*

2. Garantir uma jornada de trabalho de 50% (cinquenta por cento), distribuídas em planejamento, formação continuada em serviço e atendimento ao aluno no contra turno e demais 50% (cinquenta por cento) seja dedicado à docência.

3. *Implantação de uma política de certificação para os profissionais da educação.*

4. A formação inicial de professores (licenciaturas), não deverá ser oferecida pela EAD.

5. Piso salarial para os profissionais da educação, com nível superior no valor inicial de R\$ 2.100,00, para jornada de trabalho de 40 horas semanais;

6. Criação da Gratificação pelo exercício de regência;

7. Um professor por sala de aula para os alunos do primeiro e segundo ano do ensino fundamental

Palmas – TO, 12 de novembro de 2007.